

# INFLUÊNCIA INGLESA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO HISPANO-AMERICANO

Aldo Dermeval do Rio Branco FERNANDES

## INTRODUÇÃO

O conhecimento da História da América, em particular da América Espanhola, pode se constituir em estudo dos mais atraentes e necessário para que se possa conhecer a formação dos atuais estados hispano-americanos. O período que envolve o tema em questão assistiu a interligação física dos continentes, a partir da descoberta da América; ainda assim as nações hispano-americanas ainda se julgam estranhas. As duas guerras mundiais, a cruel divisão econômica do mundo, as questões religiosas e os conflitos ideológicos geraram um estado de tensão e violência generalizado, terrivelmente perigoso, e suas conseqüências atingem a América do Sul e Central.

Naturalmente, uma melhor familiarização permitirá que as nações vislumbrem o futuro com menos incertezas e, quem sabe, até com fundadas esperanças. O estudo da História, e em particular da História da América, naturalmente concorrerá para entendermos que a interdependência entre as diferentes sociedades, e não a cruel subordinação, será a condição para a sobrevivência de todas. Infelizmente, a colonização espanhola não criou condições para uma sólida cooperação, sendo numerosas as áreas de fricção entre as atuais nações e muitas se encontram de costas, umas para as outras, postura irracional, mas explicada pela História.

A curiosidade é uma das faculdades que distingue a natureza humana; mas estudar a História apenas para satisfazer a curiosidade não seria uma razão de todo prática. Mas como caminhar no presente em direção a futuro abdicando da experiência acumulada no passado? Eis, aí, uma razão prática para o estudo da História, em particular da História da América.

A História, vista e entendida globalmente, em sua dimensão espacial e na profundidade do tempo, deixa de ser um exaustivo apelo à simples memorização e se transforma em excelente fonte de conhecimento.

Assim, a História da América Espanhola não pode ser compreendida sem as necessárias considerações sobre a História da Europa, afinal, embora situada em outro continente, as numerosas unidades administrativas foram um apêndice da Coroa Espanhola.

Cabe, ainda, realçar que a Espanha foi profundamente influenciada pelas relações do poder existentes na Europa, ao longo dos Séculos XVI, XVII e XVIII e estas relações condicionaram ou influíram o processo colonizador desenvolvido pela Espanha nas possessões de além mar.

O que seria necessário, inicialmente, para um bom entendimento da colonização espanhola nas Américas?

Além de razoável conhecimento das notáveis culturas pré-colombianas e do espaço geográfico das Américas, informações sobre a formação do “Estado Espanhol” e de suas relações de poder com as nações européias, em particular com a Inglaterra, pois, esta, em breve espaço de tempo, assumiria a condição de hegemonia no continente europeu.

A Idade Moderna testemunhou drásticas mudanças ocorridas inicialmente na Europa mas que, logo depois, assumiriam escala mundial; assim o mundo deixou de ser Mediterrâneo para ser o Mundo Atlântico incorporando vastas regiões que se estendiam pelo tão próximo Setentrião Africano, passavam pela exótica América para atingir a distante Índia e, depois, estender-se aos confins da China e do Japão.

A partir do Século XVI, Portugal e Espanha surgem com seus impérios ultramarinos e que serão modeladores das Histórias das duas nações ibéricas.

Entre as nações emergentes da Europa Ocidental, no período 1500-1700, além de Portugal, Espanha e Holanda, está a Inglaterra. Após a passageira euforia ibérica a nação inglesa atravessará a transformação mais radical em termos de estrutura política, econômica e social, colocando-se à frente de toda a Europa, através de uma visão geopolítica que valorizou a projeção de seu Poder Naval, ao longo dos Séculos XVII, XVIII e XIX.

A ascensão inglesa na Europa teve profundas conotações no processo colonizador da Espanha; uma abordagem do crescimento inglês, tendo em vista uma melhor compreensão da colonização das Américas, envolve os seguintes aspectos:

- peculiaridades geográficas da península ibérica;
- formação do estado nacional espanhol e seu declínio;
- os séculos XVI e XVII — Os séculos revolucionários para a Inglaterra.

### **Peculiaridades Geográficas da Península Ibérica**

A Península Ibérica situa-se a SO da Europa, limita-se ao N com o Mar Cantábrico e a França, a Oeste com o Atlântico e ao Sul ainda com o Atlântico e Mediterrâneo e a Leste com o Mediterrâneo.

Sua área corresponde a, aproximadamente, 600.000 km<sup>2</sup>, ou seja algo correspondente ao Estado de Minas Gerais.

Dois importantes países, Portugal e Espanha, se localizam na Península, sendo que a Espanha a domina sob o ponto de vista geográfico.

Quase dois terços da Península são constituídos por vasto planalto (600 a 800 metros). Nos limites deste planalto, aparecem rebordos montanhosos de certo destaque; ao N os Montes Cantábricos, a NE os Montes Ibéricos que se debruçam sobre o mar e, ao S, a Serra Morena.

Ao lado desse planalto, ergue-se a Cadeia dos Pirineus, fronteira natural com a França e, a SE, a Cordilheira Bética, onde se situa o ponto culminante da Península com quase 3.500 m.

O clima é cheio de contrastes, sendo uma parte úmida a W e NO, e planalto seco com bruscas precipitações.

A rede hidrográfica é todo de pequenos cursos d'água, que correm para o Atlântico e para o Mediterrâneo; os rios mais importantes são o Minho o Douro o Tejo e o Guadalquivir, na vertente do Atlântico e o EBRO, na vertente do Mediterrâneo.

A Península Ibérica, em função de suas características geográficas, se constituiu em "ponto de passagem" entre o N da África e a Europa Central; a pequena fertilidade do solo, as características climáticas, o regime pluviométrico e a hidrografia não fizeram com que a área se apresentasse promissora, sob o ponto de vista agrícola; restaram, assim, como principais atividades econômicas para os povos que a ocuparam, o pastoreio, os diferentes tipos de extrativismo — em particular o mineral — e o artesanato. A configuração de relevo criou dificuldades para articular a península com o restante da Europa em função da existência da cadeia dos Pirineus; por outro lado, as cadeias de montanha, ainda que de pequena altitude, situadas na região N da península, entre o litoral e o planalto central, restringiram o acesso ao litoral.

Assim sendo, o Mar Mediterrâneo, nos portos de Málaga e Cartágena e o Oceano Atlântico, nas cidades do Porto, Lisboa e Cadiz, foram as regiões que permitiram os contatos culturais e trocas econômicas, já que a península dominava o Estreito de Gibraltar, passagem natural que ligava o Mediterrâneo com o Atlântico.

Desta forma, ao longo dos séculos, a península Ibérica foi uma área de transição dentre os povos que, por diferentes motivações, transitaram entre o Norte da África e a Europa.

## Formação do "Estado Nacional" Espanhol e seu Declínio

A Espanha foi habitada, no período neolítico, pelos celtas e íberos, surgindo, da miscigenação, os celtíberos; no século XII AC, os

fenícios fundaram Cadiz e Málaga, no Século VII AC, estiveram na Espanha os gregos e, no Século, VI AC Cartago funda Cartágena. Com o advento de Roma, a Espanha é incorporada ao domínio dos cézares e, com a conseqüente romanização, a Espanha se converte ao Cristianismo no Século III.

Após a queda do Império Romano, a Espanha é invadida pelo povos bárbaros germânicos; assim sendo, os vândalos se estabelecem na Andaluzia, os visigodos no Rio Ebro, os suevos na Galiza e os álanos na Lusitânia.

O apogeu da aculturação entre bárbaros germânicos e espanhóis ocorreu no século VII e, em função das trocas culturais, foram incorporados pelos espanhóis numerosos traços da cultura germânica. Neste período, a Espanha Mourisca se opõe à Espanha Cristã, cuja História, até o Século XV, é a de reinos divididos por lutas internas que dificultavam o combate aos invasores muçulmanos. Surgiram numerosos reinos como Leão, Castela, Navarra e Aragão para que, finalmente, no Século XV, o casamento de Izabel de Castela com Fernando de Aragão torna efetiva a união entre os dois maiores reinos espanhóis; eles serão a tímida base em que se assentará a “unidade nacional” espanhola, que ao longo dos anos não soube superar as peculiaridades institucionais das diferentes regiões hispânicas.

Ao encerrar-se o Século XV, a Espanha mal começara a consolidar sua estrutura interna e sua geografia política como nação-estado. O casamento de Fernando e Izabel resultou não na unificação dos reinos de Aragão e Castelo, mas, sim, no estabelecimento de um condomínio através do qual as duas partes constituintes da “coroa espanhola” coexistiam como entidades separadas, dispendo de leis, sistemas tributários, cunhagem de moedas e padrões comerciais igualmente distintos.

O acontecimento mais desastroso para o desenvolvimento do “Estado Espanhol” foi, certamente, a agregação de um Império Americano à Coroa de Castela e, somente a ela, como uma propriedade pessoal, baseada na premissa de que Colombo velejava na condição de agente pessoal de Izabel. Em decorrência de tal premissa, o reino de Aragão e áreas subordinadas, como Catalunha e Valência achavam-se afastadas legalmente da administração e exploração do Novo Mundo. Não é de surpreender, então, que a Espanha tenha sido referida usualmente sob a denominação de “As Espanhas”.

No início do Século XVI, sob o reinado de Carlos I, se concluiu a união entre Castela e Aragão, muito embora persistissem as peculiaridades institucionais das diferentes regiões hispânicas. Uma das mais estranhas peculiaridades, a dos Bascos, lhes isentava de tributos impostos por Castela, e do recrutamento militar e, acima de tudo, a manutenção de barreiras alfandegárias, que davam aos bascos o “status” de nação estrangeira em seu comércio com a Espanha.

Entre 1556 – 1598 sucedeu o reinado de Filipe II, da Casa de Habsburgo; este período foi a Idade de Ouro espanhola, ocorrendo grande progresso econômico, como o desenvolvimento do comércio e da indústria. O Século XVII é o da chamada decadência espanhola; a mediocridade dos sucessores de Felipe II, que entregaram o poder a ministros incapazes, junta-se a crise econômica e o desprestígio na política internacional. Felipe III reina de 1598-1621, Felipe IV de 1621-1665 e Carlos II de 1665-1700. Neste período a Espanha perde a hegemonia sobre Portugal, em 1640, e assina a Paz dos Pirineus, em 1659, que marcou sua derrota diante da França; após as lutas com aquele país, assina desastrosos tratados entre 1668 e 1697, sendo o mais conhecido o de “Aix-la-Chapelle”.

O último dos Habsburgos espanhol, Carlos II, não possuía herdeiros e as potências européias passam a disputar o trono espanhol; os interesses marítimos e comerciais da Inglaterra, que passa a contar com o apoio da Holanda, e as pretensões austríacas opuseram-se as vantagens obtidas pela França e acabaram por desencadear a Guerra da Sucessão da Espanha (1700-1713); dela a nação saiu muito sacrificada e o trono espanhol ficou para Carlos V da dinastia Bourbon, de origem francesa.

Uma síntese cronológica da ascensão e declínio do trono espanhol nos séculos XVI e XVII apresentar-se-ia da seguinte forma:

– O Século XV encerra-se com o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, que eram os soberanos dos principais reinos espanhóis, estabelecendo, ao invés da almejada unificação, a existência de um condomínio através do qual as duas partes passaram a existir como entidades, institucionalmente, separadas.

No Século XVI, na sua segunda metade, a coroa espanhola, a partir de Felipe II, atravessará seu período áureo, que além do crescimento econômico assistirá à proliferação do patrimônio dinástico, que incluirá Portugal e suas colônias. Contudo, o súbito crescimento será, paradoxalmente, outro fator no declínio espanhol; a ilusão da grandeza e o mito do controle se constituem o elemento mais saliente na monarquia espanhola.

No Século XVII, a Espanha se deixará governar por monarcas que não se colocaram à altura dos complexos problemas que envolveram uma monarquia carente de uma verdadeira unidade nacional, mas que se estendera por toda a América.

Para tornar mais delicada a situação da Espanha, a França, a Inglaterra e a Holanda, ciosas de possessões coloniais, passaram a ameaçar, na própria Europa, a supremacia espanhola. Carlos II não deixa herdeiros e a disputa pelo trono significará, em definitivo, a derrocada da Espanha no consenso das grandes nações européias, ao findar o Século XVII.

Uma síntese econômica da Espanha no período de 1500-1700 permite afirmar que:

— ao iniciar-se o Século XVI, a Espanha não passava de uma dependência da Europa, exportando vinho, lã, minério de ferro e outros produtos primários. Na primeira metade do Século, o produto nacional bruto expandiu-se, em resposta à demanda colonial de alimentos, roupas e ferragens. Esse crescimento seria, logo a seguir, anulado pelos amplos e persistentes diferenciais de preços entre as manufaturas peninsulares e aquelas fornecidas pelo restante da Europa Ocidental. O fluxo de prata americana, em grande escala, após 1550, inflacionou a estrutura de preços vigente no país, de forma mais acelerada e profunda que sobre os demais países europeus, levando à ruína as poucas indústrias que se haviam desenvolvido no período anterior, objetivando responder à demanda colonial, durante a conquista e período inicial de ocupação.

Ao longo do Século XVII, declinará, lentamente, a atividade industrial e agrícola, e a produção se deslocará para o Sul do país e nas cidades onde se estabelecem, os cidadãos mais pobres se colocam a serviço dos ricos, no pequeno comércio ou como mendigos dependentes da caridade da Igreja. No Século XVII, a exemplo do que ocorrera no anterior, as fileiras da burocracia, da aristocracia e da Igreja ampliaram-se, e as famílias prósperas resguardavam suas fortunas e asseguravam seu futuro através de uma grande diversidade de vínculos, benefícios eclesiásticos, compra de cargos públicos e outras atividades improdutivas. Em contrapartida, os Estados europeus modernizavam-se passando a questionar, os conceitos e as práticas dos privilégios, do Estado Absolutista, da Igreja, do usufruto privado do poder público, do ouro e prata em lugar da produção, adotando o mercantilismo de balança de comércio favorável como um dos fatores geradores da riqueza e prosperidade nacional.

Estava, assim, decretado o ocaso da Espanha e, ao iniciar-se o Século XVIII, a Espanha era o doente europeu, estando atrelada, a partir daí, juntamente com suas colônias, à economia europeia através das estruturas políticas, sociais e econômicas, características do capitalismo em seu período de acumulação.

## **Os Séculos XVI e XVII: Os Séculos Revolucionários para a Inglaterra**

Entre as nações da Europa Ocidental, no período 1500-1700, a Inglaterra atravessará a transformação mais radical em termos de estruturas econômicas e políticas. Em um período de 200 anos, sua população crescerá de 4 para quase 6 milhões de habitantes, crescimento decorrente em ampla medida da revolução agrícola, de modificações tecnológicas e alterações na estrutura fundiária, todas precursoras da Revolução Industrial. Ocorreram, ainda, mudanças religiosas e políticas adotadas a partir da

Reforma, Revolução Gloriosa, e Atos de Navegação, a começar pelo de Oliver Cromwell (1651), que transformaram as colônias em mercado reservado aos produtos manufaturados e gêneros alimentícios britânicos. Posteriormente, a “Revolução Gloriosa”, consolida a posição da Inglaterra como importante nação européia dos Séculos XVII e XVIII.

Durante o Século XVII — “O Século Revolucionário” para a Inglaterra, uma elite mercantil e grupos a ela associados, promoveram mudanças estruturais internas vinculadas, em sua maioria, às atividades comerciais e fabris. O mesmo grupo mercantil estabeleceu sua hegemonia sobre um governo parlamentar, objetivando fomentar seus projetos de expansão, ao mesmo tempo que permitiram que o governo funcionasse como uma tribuna aberta às opiniões discordantes. O sentido de vontade nacional assim concretizado, respondeu em sentido amplo, pela criação dos grandes recursos financeiros necessários à sustentação do crescente poderio político e econômico inglês. Obstáculos ao desenvolvimento econômico, privilégios reais, aristocráticos, corporativos, monopólios, proibições, tributos, controle de preços — foram removidos ou reduzidos; fortaleceram-se aqueles fatores capazes de estimular o desenvolvimento: as sociedades anônimas, o Banco da Inglaterra, ao aumento da tolerância religiosa e o avanço científico.

Durante a primeira metade do Século XVII, a Inglaterra já rompera as barreiras que as separavam do que atualmente denominamos “mundo moderno”. A transformação de sua sociedade e economia, a interpenetração da aristocracia, pequena nobreza e comerciantes, o prestígio e a autoridade conferidos aos poderosos interesses comerciais, os gastos dirigidos para a indústria náutica e a expansão da Marinha Real, a mobilização de recursos e mão-de-obra nacionais voltados para a expansão comercial e para o aceso às matérias primas rentáveis, permitiram à Inglaterra esquadrihar as fontes de matérias primas, os mercados consumidores e, acima de tudo, os próprios fornecimentos de ouro e prata, em barras e em espécie: os impérios coloniais americanos da Espanha e de Portugal.

O exame da atuação inglesa, ao longo do Século XVII, realça, como fato característico não a superioridade tecnológica, comercial, industrial e marítima sobre os rivais franceses e holandeses, mas, sim, a disposição agressiva, voltada para a utilização de sua posição geográfica e experiência marítima na formulação de uma estratégia a ser repetidamente empregada contra espanhóis, holandeses e franceses. Os ingleses penetraram no império colonial do Novo Mundo com energia comercial, inovação industrial e lançando mão até mesmo da guerra. Sua frota mercante cresceu muito, após a vitória obtida sobre os holandeses. Após iniciarem o domínio dos mares, foi fácil aos ingleses a imposição de sua visão econômica às duas grandes rivais, a França e a Holanda; ato contínuo, consolidaram a antiga posição junto a Portugal e a Espanha, forçando-os a esta-

beleceram concessões tarifárias sobre as importações de suas manufaturas e a fortalecer, ao mesmo tempo, a posição de seus comerciantes em Lisboa e Sevilha.

## Conclusão

### A Geografia e o "Estado Espanhol"

A posição geográfica da Espanha, situada no extremo Oeste europeu, a coloca como área de transição entre o N da África e a Europa Ocidental, fazendo com que a Espanha, ao longo dos séculos, fosse área de trânsito para os numerosos povos que por diferentes motivações passaram pela Península Ibérica.

O processo histórico não contrariou a predisposição geográfica e, desta forma, desde tempos imemoriais, o solo espanhol assistiu ao desfilar de diferentes povos e culturas. Entre os mais notáveis estão os romanos que lançaram as bases do humanismo Cristão, da unidade religiosa, da precária unidade político-administrativa e da relativa unidade lingüística, através do latim que deu origem ao castelhano.

Seguiu-se à presença romana a ocupação pelos povos bárbaros germânicos (álamos, vândalos, suevos e visigodos) que se situando em diferentes áreas lançaram as bases do regionalismo e reforçaram os traços feudais deixados pelos romanos; posteriormente, e nos longos sete séculos, veio a odiosa presença dos muçulmanos, mas que, ainda assim, pesou decisivamente na cultura espanhola.

A posição geográfica, à beira mar, concorreu para que os espanhóis buscassem, nos mares, a solução, para o crescimento da nação. Todavia, as características geográficas, geradoras de um país bastante compartimentado, não foram contrariadas pela sua formação cultural, que reforçou a compartimentação geográfica, a ponto de inviabilizar um estado nacional com sólida coesão interna, dando origem não a uma Espanha, mas a numerosas Espanhas.

### A Fragilidade das "Espanhas"

Embora aqueles que buscassem a América fossem vassallos dos reis de Espanha, quem poderia produzir a unidade entre um habitante da Biscaia e um Catalão, que se originam de diferentes províncias e falam diferentes línguas? Como poderia um andaluz se entender com um valenciano, um homem nascido em Bilbao com um nascido em Córdoba, um

aragonês com um nascido em Navarra, um natural de Gálcia com um natural de Castela, um asturiano com um homem proveniente da Catalunha ou da Extremadura?

É possível que o maior mito incorporado ao pensamento europeu da época fosse o mito da “Espanha propriamente dita”. Ao encerrar-se o Século XV, a Espanha mal começara a consolidar sua estrutura interna.

A aquisição do império no Século seguinte, gerou não apenas atrofia do processo de consolidação, mas, igualmente, a proliferação da estrutura política patrimonial ibérica. O casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, freqüentemente considerado o marco inicial do moderno Estado Espanhol, resultara não na união dos reinos, mas sim, no estabelecimento de uma diarquia através da qual as duas partes constituintes da “Coroa Espanhola” coexistiam como entidades separadas institucionalmente, por outro lado, cada um dos reinos agregava partes distintas. Esse padrão de crescimento político fora bastante comum na etapa final da época medieval; sua sobrevivência em plena era moderna deixava a Espanha na retaguarda do desenvolvimento político da Europa Ocidental.

Outro fato que muito concorreu para dar à colonização espanhola um caráter altamente descentralizador, foi a complexa demografia indígena que encontrou nas terras americanas; Astecas, Incas e Maias já possuíam estruturas administrativas que se associavam à paisagem geográfica que ocupavam, e seria praticamente impossível, aos espanhóis, modificá-las; por outro lado, a América espanhola possuía diferentes pontos de atração situados no Oceano Pacífico, no Oceano Atlântico e no Mar do Caribe.

Assim, a ilusão da grandeza e o mito do controle constituíam elementos salientes na monarquia espanhola; nem as sábias regras de Maquiavel serviriam para o controle efetivo de tão vasto patrimônio. O tempo se encarregaria de mostrar que a aparência de poder era, na realidade, inteiramente ilusória.

## **A Supremacia Inglesa na Europa e nas Colônias Espanholas**

Entre os Séculos XVI e XVII houve uma mudança nas posições relativas ocupadas pelos países europeus. No decurso de 200 anos, as nações ibéricas, economicamente dependentes, realizaram sua expansão ultramarina, gerando áreas comerciais dependentes. Em verdade deixaram de modernizar suas estruturas econômicas e políticas.

A Espanha, no momento da conquista e início da colonização, não se achava preparada para romper sua herança medieval. A reconquista e a luta contra a cultura árabe valorizaram a aristocracia e a Igreja; assim, o Século XVI revelou uma Espanha caracterizada pela existência de estru-

turas econômicas e sociais semi-feudais, baseadas na posse da terra, na aristocracia e na burocracia.

Por outro lado, a atuação inglesa se revela, nos Séculos XVI e XVII, agressivamente mercantilista no plano econômico e, cada vez mais, participativa na política interna; sobrevem o absolutismo inglês, que fortalecerá o mercantilismo, mas virá também o período revolucionário com a queda do absolutismo monárquico e valorização política da operosa classe burguesa.

Bastará apenas um século, o Século XVII, para que a Inglaterra, após os Atos de Navegação e Revolução Gloriosa, afirme sua inegável superioridade na Europa, em particular no controle do comércio espanhol.

“Esta forma de comerciar com as Índias não é desvantajosa para a aristocracia, já que não apenas os cavaleiros, mas também a nobreza de Castela, negociam com as Índias; e deve-se muito lamentar que, na ausência de nossos honrados e corajosos comerciantes, a maior parte do comércio haja caído em mãos de estrangeiros, que enriquecem, ao passo que empobrecemos com o que desprezamos”.

Parece claro que os ingleses forçaram os espanhóis, e também os portugueses, a estabelecerem concessões tarifárias sobre as importações de suas manufaturas e a fortalecer a posição de seus comerciantes residentes nas inúmeras praças comerciais em Espanha e Portugal. A Inglaterra mobilizou todos os recursos disponíveis para promover sua expansão comercial e esta estratégia permitiu que tomassem íntimo contato com as áreas que constituíam — real e potencialmente — as fontes de oferta de matérias-primas, os mercados consumidores e, acima de tudo, os próprios fornecimentos de ouro e prata, em barras e em espécie: os impérios coloniais americanos da Espanha e Portugal.

O significado da Inglaterra para a obra colonizadora, realizada pela Espanha não pode ser negligenciado; em realidade, as economias inglesas, espanhola e hispano americana achavam-se intensamente interligadas ao iniciar-se o Século XVIII.

A exploração econômica desenvolvida pelos países ibéricos nas Américas deu-lhes ilusória sensação de grandeza e poder, mas contribuiu, decisivamente, para que a Inglaterra, retardatária que foi na constituição de um império colonial, assumisse o controle dos domínios espanhóis e portugueses de além mar, através da subordinação econômica de suas metrópoles européias ao poderio econômico, sempre crescente, da Inglaterra.